



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

ELEN SILVIA FERREIRA DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO LINGUÍSTICO

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

ELEN SILVIA FERREIRA DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO LINGUÍSTICO

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras-Língua Portuguesa, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S234c

Santos, Elen Sílvia Ferreira dos.
Considerações sobre o racismo linguístico / Elen Sílvia Ferreira dos Santos. - 2022.
54 f. : il.

Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Preconceito linguístico. 2. Língua portuguesa - Estudo e ensino.
3. Linguagens e línguas - Variação. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.798

ELEN SILVIA FERREIRA DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO LINGUÍSTICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em: 27/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Prof.^a Dr.^a Wania Miranda Araújo da Silva (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Prof. Dr. Denilson Lima Santos (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Dedico este trabalho aos meus pais e minha irmã que, desde sempre, me incentivaram nos estudos e não mediram esforços para estarem ao meu lado, me motivando durante essa jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente, minha gratidão à Nossa Senhora, por toda fé que tenho que alimentou meu foco, minha força e disciplina, que me sustentou até esse momento único da minha vida, me dando coragem, ânimo e sabedoria nos percursos mais difíceis que vivi. Hoje sou grata por tudo e por mais um ciclo que se fecha. Obrigada, Deus... te agradeço imensamente por essa conquista!

Agradeço aos meus, Edmilsom Ferreira e Raimunda Costa, pais pelo amor incondicional e por acompanharem toda a minha trajetória, sempre me motivando a nunca desistir dos meus sonhos e objetivos. À minha irmã, Kaliane Vasconcelos, por toda positividade e por acreditar sempre no meu potencial. Aos meus amigos do coração que amo, Cleidiane, Mauricio, Neide, Paola, Samara, Tâmilis, Zalia, agradecida por todo afeto e carinho dado, tanto de forma direta como indireta, e por toda torcida ao ver meu progresso evoluir.

À universidade quero deixar uma palavra de gratidão por me proporcionarem dias de aprendizagem muitos ricos. Ao meu mestre e orientador Alexandre Cohn da Silveira super astuto, reconheço seu esforço gigante, com muita paciência e sabedoria, me dando recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias. Meus amigos da universidade para a vida: Daiane, Irlene, Jamile, Joelma, Joice, Uilian e a todo o corpo docente da universidade e aos mestres do Curso de Letras da UNILAB pela excelência da qualidade e da técnica de cada um.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem ou que os seus planos nunca vão dar certo ou que você nunca vai ser alguém...”

Renato Russo.

“Eu não falo aqui a minha língua
Eu falo a língua que me deram
Mas essa língua é minha agora
Da forma que eu sei falar”

(Gabriel Nascimento)

RESUMO

Este estudo busca analisar a presença do racismo linguístico no cotidiano docente de professores de língua portuguesa e em que medida essa temática é abordada em sala de aula, durante o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa. O trabalho parte das experiências e vivências de professores de língua portuguesa em sala de aula, no que diz respeito ao racismo linguístico na sala de aula, assim como no ambiente escolar, para então poder discutir como minorar o racismo linguístico em todo âmbito escolar a partir do agir desse docente. Para esse fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica reunindo referencial teórico sobre o “Racismo Linguístico”. E, como método de coleta de dados empíricos, foram realizadas entrevistas com docentes da educação básica. A partir da análise de dados, pode-se perceber a importância de abordar as temáticas que tratam do racismo linguístico e suas consequências. Também, abordar outras questões que envolvem o racismo linguístico, como as variações linguísticas e o preconceito linguístico decorrente da falta de informações sobre essas variações, aliado ao racismo estrutural existente na sociedade. Por meio do estudo realizado foi possível confirmar a carência que existe entre os professores de língua portuguesa, no que se refere ao conhecimento da temática sobre racismo linguístico, bem como a ausência quase que total de questões relevantes a combate dessa prática discriminatória nos livros didáticos.

Palavras-chave: preconceito linguístico; língua portuguesa - estudo e ensino; linguagens e línguas - variação.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the presence of linguistic racism in the teaching routine of Portuguese language teachers and to what extent this issue is addressed in the classroom, during the teaching-learning process of the Portuguese language. The work starts from the experiences and experiences of Portuguese language teachers in the classroom, with regard to linguistic racism in the classroom, as well as in the school environment, in order to discuss how to alleviate linguistic racism in the entire school environment from of the teacher's actions. To this end, a bibliographic research was carried out gathering theoretical references on "Linguistic Racism". And, as a method of collecting empirical data, interviews were carried out with teachers of basic education. From the data analysis, it is possible to perceive the importance of approaching the themes that deal with linguistic racism and its consequences. Also, address other issues involving linguistic racism, such as linguistic variations and linguistic prejudice resulting from the lack of information about these variations, combined with the structural racism existing in society. Through the study carried out, it was possible to confirm the lack that exists among Portuguese language teachers, with regard to knowledge of the theme of linguistic racism, as well as the almost total absence of relevant issues to combat this discriminatory practice in textbooks.

Keywords: linguistic prejudice; Portuguese language - study and teaching; languages and linguistic variations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO II: SOBRE O COLONIALISMO LINGUÍSTICO	14
2.1	O CONCEITO DE “COLONIALISMO LINGUÍSTICO”	15
2.2	A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E PODER	20
2.3	A QUESTÃO DA CHAMADA “NORMA CULTA”	23
3	CAPÍTULO II: SOBRE O RACISMO LINGUÍSTICO	27
3.1	DEFININDO O “RACISMO LINGUÍSTICO”	27
3.2	O RACISMO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR	30
3.3	PRECONCEITO LINGUÍSTICO E RACISMO LINGUÍSTICO SÃO A MESMA COISA?	32
4	CAPÍTULO III: A PESQUISA REALIZADA	34
4.1	METODOLOGIA	34
4.2	PARTICIPANTES DA PESQUISA	34
4.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A formação linguística do Brasil enquanto nação se deu através do encontro entre povos distintos, com línguas e culturas distintas. “No passado, esses diferentes grupos eram formados, de um lado, por indivíduos que detinham de uma língua definida discursivamente como “atual, civilizada”; de outro, por indivíduos que detinham variadas línguas, representadas por memórias que, num momento futuro, seriam apagadas”. O contato entre essas línguas distintas, a língua dos europeus com as línguas indígenas do “novo mundo”, foi o marco inicial para o que vamos tratar como “colonização linguística”, tendo como principal base de poder entre as culturas em disputa, a Língua Portuguesa.

Nesse ordenamento de poder, a língua portuguesa, se manteve como base estrutural entre os portugueses sobre os povos indígenas. A princípio, a partir do século XVIII, políticas começaram a ser aplicadas para a imposição da língua portuguesa, por direção do Marquês Pombal, num segundo momento, envolvendo o vergonhoso processo de escravização de africanos e africanas, logo em seguida, promoveu sucessivas lutas e disputas em nome do domínio e da resistência. Dentre estas está a imposição da língua portuguesa sobre os povos invadidos, sequestrados e colonizados no novo mundo, tendo sido impostas, também, a cultura portuguesa e a religião cristã sobre os indivíduos desse território.

A diversidade de línguas e culturas já existentes no Brasil somada à diversidade africana vinda com a escravatura, bem como em contato com a língua portuguesa do colonizador deu origem ao português brasileiro que existe hoje no território nacional. A diversidade pode ser considerada como parte integrante da formação da língua portuguesa ou, podemos assim dizer, da língua brasileira. Um país como o Brasil, com dimensões continentais, possui um grande número de variações linguísticas da língua portuguesa, as quais representam identidades, culturas, ancestralidades e formas de organização e produção do conhecimento de diversos grupos sociais existentes no país.

No entanto, ainda hoje, a chamada “norma culta”, aquela que supostamente destaca as formas “mais corretas” de uso da língua portuguesa, partindo de uma pressão social sobre todas as demais normas específicas de cada grupo de indivíduos do país consideradas como norma padrão de prestígio, e que muitas vezes é utilizada como exclusão social. A língua falada pelos grupos desprestigiados

da sociedade que, em sua maioria, são compostos por pessoas economicamente desfavorecidas e indivíduos não brancos, acaba por ser alvo de atos discriminatórios que recaem sobre essas pessoas historicamente colocadas à margem da sociedade. São diversas as manifestações de preconceito linguístico praticadas com esses cidadãos e cidadãs brasileiros, incluindo a forma discriminatória que vem sendo praticada ao longo dos anos contra as pessoas de raça não branca – pretas, pardas, indígenas – no Brasil, neste trabalho tratada como “Racismo linguístico”.

Decerto, o racismo linguístico é basicamente um ato discriminatório sobre o indivíduo não branco, que tem como principais fatores “o mau uso da língua”, quando, em seu formato oral e escrito se distanciam da subjetividade de uma variedade de prestígio da língua, associada às classes sociais mais favorecidas e aos privilégios da branquitude¹, Então, pode considerar que esse ato discriminatório, além de usar a língua como base opressora, tem-se a questão da raça como principal fator de organização de mecanismos de um racismo linguístico, operante numa sociedade em que o racismo é estrutural.

Sem dúvidas, as primeiras orientações sobre o uso da língua em conformidade com a gramática normativa são estabelecidas no ambiente escolar. É na sala de aula que o indivíduo tem os primeiros contatos com a gramática tradicional normativa, baseada no registro escrito da língua que determina o que é “certo” ou “errado”. No que se refere ao uso da língua portuguesa, tanto na escrita quanto na oralidade, os indivíduos que não seguem a gramática normativa são excluídos do sistema de privilégios e definidos como os que não sabem “falar” ou “escrever”. Em sua maioria, essas pessoas são empobrecidas, indígenas e negras, concentrando-se nas periferias e nas zonas rurais, onde, infelizmente, há péssimas condições de infraestrutura na educação. Em consequência, esses indivíduos expõem um maior impasse durante o aprendizado da norma ensinada, ofertada pela educação formal e seus discursos impostos, bem como são os principais alvos do racismo linguístico no ambiente escolar.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é perceber como o racismo linguístico está presente na escola e na aula de língua portuguesa, bem como compreender em que medida a temática sobre o racismo linguístico é abordada em sala de aula, pelo professor de língua portuguesa. Existe uma

¹ Branquitude- termo utilizado para referir a comunidade branca que tem privilégios, bem como é superior a outras comunidades em todos os aspectos sociais.

consciência desses docentes com relação ao racismo linguístico? Há um trabalho efetivo sobre as formas de discriminação linguística envolvendo o entendimento das variações da língua portuguesa, as manifestações do preconceito linguístico e do racismo linguístico junto aos estudantes? Os livros didáticos têm contemplado essas temáticas?

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com docentes de língua portuguesa da educação básica, visando um entendimento mais aprofundado das questões apresentadas. A pesquisa bibliográfica apoia-se em fundamentos teóricos de Marcos Bagno (1999), Gabriel Nascimento (2019), Bethania Mariani (2004), Maurizio Gnerre (2009) e Carlos Alberto Faraco (2008), organizando os entendimentos de conceitos necessários à discussão proposta, tais como: colonização linguística, racismo linguístico, preconceito linguístico e as relações entre língua e poder. Para as entrevistas, buscou-se conversar com professores e professoras de língua portuguesa de São Francisco do Conde-BA, região do recôncavo baiano. Para esses informantes foi enviado um questionário online, por meio do aplicativo de mensagem instantânea, tratando das nossas questões de pesquisa.

Esta monografia está, portanto, organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma visão sobre o colonialismo linguístico, apontando o conceito de colonialismo linguístico, a relação entre língua e poder, levando em conta a questão da chamada “norma culta”. No segundo capítulo, é abordado o conceito de racismo linguístico, como também o racismo no ambiente escolar, para, em seguida, ser apresentada uma analogia entre preconceito linguístico e racismo linguístico. E, por fim, no terceiro capítulo, é apresentada a pesquisa realizada e sua metodologia, apontando as características dos participantes, como também as perguntas direcionadas a esses informantes, suas respostas e as análises que fizemos.

2 CAPÍTULO II: SOBRE O COLONIALISMO LINGUÍSTICO

Sabemos o quanto a língua potencializa o poder sobre aqueles que não a dominam, a língua portuguesa na norma padrão, língua essa falada pelos grupos de prestígio desde o período colonial até os dias atuais, participa de uma estrutura de poder na sociedade, contribuindo para privilegiar e excluir os indivíduos, conforme a forma como essa língua é tratada dentro das políticas linguísticas que a envolvem. Na pirâmide de privilégios estabelecidos pela língua, quem está no topo é falante da chamada “norma culta”, a qual, por sua vez, possui características evidentes quanto à posição do falante na sociedade. Características que dizem sobre seu desempenho linguístico, como também sobre sua relação com “o outro”. Estes “outros” são os falantes posicionados no térreo da pirâmide, muitas vezes destacados como os desprestigiados na língua, na posição social, na educação e principalmente na sua cor. Na cor? Sim! Porque há um racismo que é desconhecido por muitos, racismo esse que acontece desde o período colonial, quando aquele que não dominasse a língua do colonizador seria estigmatizado, considerado como o “sem cultura”, “inferior”, “selvagem”, tendo essas questões associadas a sua cor.

Como já foi dito, a língua é um instrumento de poder que muitas vezes funciona como um “poder sobre o outro”, sobretudo se esse “outro” não é branco. Um problema que nasce com o colonialismo, desde os primeiros contatos entre línguas distintas, mas que perpassa continuamente até os dias atuais. É evidente como a colonização linguística se faz presente nas políticas linguísticas de ontem e hoje, como também nas ideologias que reforçam cada dia mais a língua portuguesa rotulada como língua “correta”, aquela vista nos livros didáticos, durante todo o processo de ensino aprendizagem dessa língua.

Como vimos, o modelo de língua perfeita foi espelhada, historicamente, na língua portuguesa de Portugal, uma herança deixada pelos colonizadores ou, podemos dizer, uma herança imposta sobre os indígenas e o povo negro escravizado, que ainda carrega essa imposição, ao serem submetidos ao aprendizado de uma língua “modelo” tão distante da sua língua “real”. Isso alimenta o que temos hoje em relação à supervalorização de uma norma linguística nomeada como “cultura” que reflete uma forma, muitas vezes artificial, de uso da língua portuguesa. Torna-se necessário que atentemos aos fatores que desencadeiam

essa herança deixada pelos colonizadores, vista nas desigualdades em todos os aspectos existentes entre o homem branco e o não branco.

De início, a desigualdade social é um dos fatores que reforçam a discriminação sobre o outro que apresenta uma posição social desprestigiada. Ao se fazer a conexão entre a língua e a raça, podemos perceber que os falares negros são considerados como inferiores por se tratarem de expressões vindas dos indivíduos negros.

Nesse sentido, nesse capítulo¹, será discutido inicialmente a questão do colonialismo linguístico trazida por Mariani (2004), um conceito que muito explica a formação da política linguística durante o período colonial, numa lógica que se estendeu até os dias atuais. Trata-se de políticas reforçadas pelas relações de língua e poder colonial que recaem sobre os indivíduos que não possuem o domínio da língua portuguesa culta, destacada como língua modelo hoje no ambiente escolar. O problema consiste em desafio para os indivíduos que não têm acesso facilitado à escolaridade – geralmente negros e empobrecidos - que, além de serem discriminados por não se adequarem ao modelo de língua “perfeita”, são também discriminados por não se enquadrarem ao perfil do homem branco.

2.1 O CONCEITO DE “COLONIALISMO LINGUÍSTICO”

Podemos dizer que a colonização do Brasil gerou também uma colonização linguística, marcada por um projeto de homogeneidade linguística gerada pelo encontro de línguas distintas entre o povo do novo mundo com o povo nomeador da nossa língua portuguesa, ou podemos dizer língua de diversidades, provinda do encontro de línguas distintas marcadas por conflitos do colonizador com o colonizado que eram os índios e negros. Ainda que vivamos no século XXI, a diversidade de pessoas, identidades e línguas continua sendo considerada por pensamentos conservadores como uma ameaça para a língua portuguesa.

De acordo com Mariani (2004, p. 73), a colonização linguística do Brasil é “[...] o processo histórico que aglutinou a realeza e a igreja portuguesas em um projeto político- linguístico em larga medida comum simultaneamente nacional e internacional.” A autora define a colonização linguística basicamente como uma organização liderada pelos dois grupos citados que, apesar de terem interesses opostos, tinham em comum o uso da língua como mecanismo para atingirem seus

objetivos. A igreja pretendia catequizar e civilizar os índios, e a realeza visava governar a terra e os povos invadidos, impondo suas lógicas de vida, sua cultura e a língua portuguesa como língua da nação.

Tendo em conta a necessidade de controle dos indivíduos que o colonialismo pressupõe, a diversidade linguística consistia em um entrave para a dominação e a subjugação dos poderes dominantes. Destaca-se que a diversidade linguística e das variações de uma língua precisam ser consideradas como riquezas culturais a serem valorizadas e estudadas. É notável que mesmo com a conquista da independência do Brasil, a nomeação da língua portuguesa como língua nação consolidou a aliança de Portugal com o Brasil, deixando claro que ainda somos dependentes linguisticamente dos portugueses. Apesar de séculos passados, a colonização linguística se faz presente constantemente tanto na formação da política linguística nacional quanto na manutenção de ideias linguísticas distorcidas pela mentalidade colonizada.

Como afirma Mariani (2004, p. 74) “A relação de colonização é, em si, da ordem de um acontecimento discursivo [...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.” A autora está se referindo ao encontro de uma linguagem que se diz atual, prática do momento presente, uma linguagem que representa as identidades e interesses desejados, com uma linguagem de memórias – com seu passado histórico, cultura e tradições. Estamos aqui falando tanto das memórias do povo português, quanto da cultura e sabedoria dos povos brasileiros originários que estão em encontro e disputa no período colonial. No entanto, uma vez que a relação de poder era desigual, a cultura europeia invasora acaba sendo imposta à cultura local.

O termo colonizar consiste, portanto, na imposição sobre o diferente, decorrente do contato entre línguas distintas, fazendo necessariamente o uso de uma força pacífica, não havendo conflitos, valendo ressaltar que há pontos de vista diferentes, partindo do discurso do colonizador e do colonizado. (Mariani, 2004, p. 23). Com efeito, no tempo colonial, o encontro mencionado anteriormente gerou um confronto entre línguas distintas vindas de grupos diferentes, que possuem culturas diferentes, no qual são postas a mudanças de forma obrigatória pelos os colonizadores.

Durante o processo da expansão dos portugueses no “novo mundo” havia, de um lado, a igreja católica, com seu projeto de evangelização, tendo como precursores, os jesuítas que tinham como propósito catequizar na língua dos povos

indígenas e empreender a catequização, que se associava aos interesses administrativos na busca por seu crescimento institucional. De outro, os comerciantes e administradores portugueses, na sua intenção de domínio e exploração, organizaram o projeto de promover a língua portuguesa como língua de unificação e de controle. (Mariani, 2004, p. 25). Dentro dessa empreitada, a língua portuguesa, a partir do momento em que é imposta sobre as comunidades do Brasil, impõe um pertencimento desses indivíduos ao projeto de governo de Portugal. O uso da língua do rei, bem como o pertencimento à cultura e à “civilização” portuguesa e cristã, promove discursos de valorização da superioridade dessa língua, dessa cultura e seus valores em detrimento da diversidade cultural local. Forma-se, portanto, a ideia de adesão à “nação portuguesa” pela institucionalização da língua. De acordo com Mariani (2004, p.26):

[...] em termos da ideologia constitutiva do sentido de língua em Portugal, observa-se nesse caso que língua e nação estão conjugados em termos da formação de uma comunidade linguístico- jurídica distintiva de um povo, ou seja, a língua portuguesa é uma instituição nacional.

Como vimos, a aliança entre língua e Estado alimenta as políticas linguísticas de uma comunidade, afetando o comportamento de seus indivíduos, fomentando discursos sobre e a partir da língua e fortalecendo as ideologias dominantes. Nesse caso, a língua portuguesa europeia é legitimada como língua de destaque diante das comunidades formadas por várias outras línguas que coabitavam o território brasileiro.

Por vezes, os métodos utilizados pelos colonizadores para avançar a homogeneização da língua portuguesa era socializar os índios que falavam a língua geral com os que não tinham a língua tupi como língua nativa, com intuito de facilitar o aprendizado da língua geral durante o processo de catequização. Com efeito, o avanço da catequização, aumentaria conseqüentemente o número de falantes da língua geral de base tupi. Ainda, Mariani afirma que:

A descrição gramatical da língua tupi [...] é herdeira tanto da necessidade de evangelização, quanto desta nova tradição tecnológica que circula no pensamento europeu. A gramatização do tupi, que proporcionou seu ensino e sua escrita, permitiu um avanço na evangelização [...] o crescente uso dessa língua [...] tornou-se um elemento inibidor da colonização nos moldes pretendidos por Portugal. (Mariani, 2004, p. 23)

Por esta razão, a língua geral, posteriormente usada como suporte para comunicação e catequização dos índios, antes era usada com mais frequência, não só pelos índios, como também pelos portugueses. No entanto, em dado momento, deixou de ser língua geral, tornando-se secundária pois, de acordo com a coroa portuguesa, o interesse especial era manter o uso exclusivo da língua portuguesa como caminho para “civilizar” os indígenas, deixando apenas a língua geral como suporte de socialização dos jesuítas com os indígenas no processo de cristianização. Servir ao rei significava ter a língua portuguesa como a única e exclusiva língua de uso em todo o território dominado, e aquele que não servia ao rei, estaria também contra Deus.

Mariani (2004, p. 28) aponta que [...] “Uma vez constituída, essa relação língua- nação torna-se um emblema da real ordem sócio-política portuguesa”. Note-se que a língua enquanto instituição do estado prevalecerá sua posição quando mantida a relação entre língua e nação. Além disso, a coroa portuguesa adotou outros meios para manter essa relação como o decreto real denominado como Diretório dos índios. Como afirma Mariani (2004, p. 33)

[...] foi necessário um ato político-jurídico [...] para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, e apenas essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte [...] O Diretório busca colocar em silêncio a língua geral e seus falantes, caracterizando a referida língua como uma “ invenção diabólica”.

A formação do Diretório dos Índios partiu da intenção dos portugueses em conter a expansão da língua geral, no que se refere ao aumento de falantes da língua, por conta do avanço no processo de catequização, impondo o uso exclusivo da língua portuguesa em todo o território. Por esta razão, o rompimento do uso da língua geral provocou atritos entre os portugueses e os jesuítas que tinham a língua geral como língua de ensino catequético. Além disso, Mariani (2004, p. 29) diz que:

[...] ao longo do processo colonizador pela legislação colonial, reaparecem no século XVIII no Diretório dos Índios promulgado por Pombal como forma de reafirmação dos sentidos já estabelecidos e também como forma de oficializar em definitivo a língua como uma das instituições nacionais portuguesas na colônia.

O decreto real conhecido como o Diretório dos Índios, como já mencionado, teve não só papel de impedir a expansão da língua geral, como também reafirmar a língua portuguesa como língua única. Quanto aos métodos de expansão linguística, os portugueses adotaram medidas estratégicas, como o uso unicamente da língua portuguesa em portos e fortes, mesmo havendo o uso intenso de diversas outras línguas nesses espaços. Os portugueses também impuseram o ensino do latim e do português na sua forma escrita nas escolas, tribunais e igrejas, estabelecendo um ambiente propriamente imaginário, onde a língua portuguesa imperava. (Mariani, 2004, p. 31).

Decerto, a imposição linguística se deu inicialmente em seu formato oral, primeiro; com o contato entre as línguas distintas, seguidamente do interesse dos colonos e bandeirantes em aprender as línguas faladas no território brasileiro, e por fim, temos a imposição linguística na forma escrita e oral, tendo os primeiros registros escritos das línguas distintas estabelecida pelos os religiosos (Mariani, 2004, p. 30). Partindo do interesse pelo aprendizado das línguas distintas, Mariani aponta:

Para os colonos, o aprendizado da(s) línguas(s) desconhecida(s) faz parte de um processo de conhecimento e de dominação da terra [...] Para os religiosos, aprender a língua é uma forma de aprender a cosmologia indígena[...] A gramatização permite a construção de uma escrita, possibilitando a tradução e a conversão linguístico-cultural de orações e outros rituais sagrados, como o batismo e as confissões. Esse processo permite, inclusive, o ensino da língua geral na metrópole, levando à produção de um efeito não previsto: uma outra língua passa a integrar materialmente o espaço da língua de colonização (Mariani, 2004, p. 30)

Deste modo, por trás dos interesses pelo o conhecimento das línguas desconhecidas pelos colonizadores, existe um interesse maior que é a dominação da terra, no âmbito geral, no que se refere ao território, língua, cultura e religião de todos os pertencentes do novo mundo. Os colonos viam no aprendizado da língua desconhecida por eles, uma forma estratégica de conhecer o território e os seus habitantes, em seguida, colocar em prática o projeto de dominação de todo o território do novo mundo. Partindo do interesse da igreja católica, o conhecimento da língua indígena seria um mecanismo para conhecer a cosmologia indígena, bem como realizar uma desconstrução do pensamento indígena, com intuito de idealizar um novo pensamento, tomando como base o uso do batismo e confissões. Em

consequência, o avanço da evangelização como mencionado anteriormente, causou uma situação imprevista, no qual a língua geral se encontrava numa posição à frente da língua portuguesa.

Como se pode verificar, a imaginária homogeneidade linguística repercutiu até os dias atuais e, no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa, o Estado ainda desconsidera o papel das línguas e variações linguísticas existentes no território brasileiro. Uma diversidade linguística que contribuiu e contribui para, ao longo da história do país, formar o que entendemos ser hoje a língua portuguesa brasileira. Importa salientar que a língua brasileira é atualmente falada por todos, além dos grupos marginalizados por uma elite que reforça, continuamente, a ideia que existe homogeneidade na língua.

Entretanto, as marcas coloniais nas produções linguísticas e nos discursos para e pela língua portuguesa no Brasil são discursos que reproduzem os tratamentos coloniais do sistema de patriarcado, escravocrata e eurocêntrico, evidenciando as relações de poder desiguais de que a língua participa. De fato, o encontro das línguas distintas foi primordial para a formação da língua brasileira, formada por patrimônios linguísticos gerados por diversidades linguísticas.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E PODER

A língua e o poder estiveram sempre ligados desde o período colonial até o momento atual. No período colonial, os colonizadores tinham como propósito expandir sua língua nativa, assim como, “civilizar” os povos indígenas e os negros, usando a língua portuguesa como instrumento civilizador. De acordo com Gnerre (2009, p. 10)

Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não tem acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela “ norma pedagógica” ali ensinada.

O autor afirma que na relação entre a língua e o poder há uma busca incessante pelo código, que é, na verdade, a norma culta privilegiada, a qual mantém essa relação desde os primeiros registros normativos da língua portuguesa. A valorização do ensino de língua a partir das questões gramaticas, bem como a

busca pelo domínio na gramática normativa começam na própria escola, quando os alunos são monitorados a memorizarem fórmulas para alcançar o modelo da língua padronizada. É assim, construída socialmente, a ideia equivocada de ser o aprendizado gramatical a única via para o ingresso no mercado de trabalho e nos espaços universitários.

A língua em si é o poder centralizado que reforça as desigualdades já existentes. Entre as desigualdades está uma sociedade dividida em dois grupos; os que dominam uma variedade de língua idealizada e os que são conseqüentemente destacados como que são desfavorecidos no que se refere a sua classe social e raça, que em sua maioria os indivíduos fazem parte da classe pobre, que vivem nas periferias, além de serem negros. Gnerre (2009, p. 6) diz que:

Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que “saber” : a) quando pode falar e quando não pode, b) que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos, c) que tipo de variedade linguística é oportuno que seja usada [...] A presença de tais regras é relevante não só para o falante, mas também para o ouvinte, que, com base em tais regras, pode ter alguma expectativa em relação à produção linguística do falante. Esta capacidade de previsão é devida ao fato de que nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais.

Por esta razão, as regras ditas são estabelecidas para descrever quem se aproxima mais das regras, ou podemos dizer da norma culta. Os itens apontados pelo o autor acima, de fato determinam quem está no topo da pirâmide, o ser humano que “sabe quando falar”, que “tipo de variedade usar” e “quais conteúdos usar”. O que está em jogo não é apenas o discurso, em si, mas o atendimento às regras gramaticais, bem como o indivíduo que fala, qual o espaço que ele ocupa no que diz respeito à posição social que ocupa na sociedade.

Seguir as regras apontadas anteriormente não é somente seguir regras gramaticais, mas sim seguir normas criadas pelos grupos de poder, os que ocupam espaços superiores numa determinada sociedade, os quais possuem o privilégio de uma cultura que, tradicionalmente, carrega o código da chamada gramática normativa, que, supostamente, todos os cidadãos devem seguir. (Gnerre, 2009, p. 8-9).

De acordo com Gnerre (2009, p.17) “[...] Talvez tenha sido José de Alencar o intelectual mais conhecido que defendeu nos seus escritos, implícita e explicitamente, a ideia de língua ‘brasileira.’” No momento atual, é notável o

surgimento de mais autores com o mesmo pensamento de Alencar que, em suas obras, desconstruem os pensamentos conservadores que os grupos superiores implantaram sobre a sociedade. Decerto, os intelectuais que defendem a nossa língua brasileira - “nossa” porque todos nós falamos a língua brasileira – entendem que essa língua é dotada de diversas variedades, sendo que a “norma culta” é, em si, uma variedade utilizada em determinadas situações, muitas vezes por indivíduos que não admitem essa característica. Quanto à variedade padrão, Gnerre (2009, p. 20) afirma que:

[...] Na variedade padrão, então, são introduzidos conteúdos ideológicos, relativamente simples de manipular, já que as formas às quais estão associados ficam imobilizados favorecendo, assim, quase que uma comunicação entre grupos de iniciados que sabem qual é o referente conceitual de determinadas palavras, e assegurando que as grandes massas, apesar de familiarizadas com as formas das palavras, fiquem, na realidade, privadas do conteúdo associado.

De fato, dentre os componentes que reforçam o distanciamento das classes dominadas com o idealizado código, numa clara evidência entre língua e poder, temos também o uso da linguagem como um instrumento de comunicação que tanto pode incluir como excluir indivíduos do processo. Isso pode ser notado em comunicações jornalísticas ou jurídicas, por exemplo. Nessas há muitos estilos de linguagem que só os indivíduos pertencentes ao ramo específico são capazes de compreender, decodificar e produzir em termo de linguagem. Isso se dá, igualmente, com aqueles que possuem acesso aos signos que estão em conformidade com os dicionários e a gramática normativa de acordo com a variedade da língua padrão, usada como modelo de língua especial. Esse acesso à língua em sua forma padrão confere ao indivíduo posição de prestígio perante à sociedade, bem como acesso a mecanismos de poder sobre outros indivíduos menos favorecidos.

Doutro modo, os indivíduos que não têm acesso aos códigos e signos de prestígio são, automaticamente, discriminados pelos poderes que se propõem como dominantes. Dessa forma, as condições que as tradições gramaticais impõem sobre os grupos desprestigiados são contraditórias quando afirmam que, no processo de legitimação houve mudanças de séculos passados para o momento atual. Na verdade, ainda há laços mantidos com a legitimação do passado colonial os quais, por sua vez, permanecem interligados com os preceitos normativos distantes das condições linguísticas atuais (Gnerre, 2009, p. 26-27).

Num primeiro momento, no encontro das línguas distintas durante o período colonial, os colonizadores usaram como estratégia de expansão do novo mundo, a língua tupi como instrumento intermediador da comunicação com os índios. Dentre milhares de línguas indígenas, a língua tupi foi oficializada pelos jesuítas como a língua base para catequizar os índios, como também base da comunicação entre as partes. Então, os colonizadores viram a necessidade de compreender cognitivos da língua tupi como mecanismo para iniciar a colonização.

A imposição constante do ensino padronizado da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que revela o interesse pela homogeneidade linguística no sentido de “civilizar”, ou até mesmo de qualificar o indivíduo como pertencente da sociedade, o exclui a princípio quando são criadas as políticas linguísticas, criando cognitivos da norma culta com o intuito de manter os grupos desprestigiados distantes do alcance da língua especial, além de outras questões de exclusão temos a de o indivíduo pertencer a classe social baixa, ser índio e negro.

Esse país que chamamos de nação brasileira, que tem a língua portuguesa como a língua que representa a nação, exclui continuamente os indivíduos que foram cruciais para a conquista da presente nação, assim como a formação da nossa língua portuguesa, bem como das línguas africanas e africanos, podemos destacar esses indivíduos como os índios e os negros.

2.3 A QUESTÃO DA CHAMADA “NORMA CULTA”

Vivemos numa sociedade de representações imaginárias de uma cultura que nos obriga a seguir estereótipos voltados ao sistema linguístico, estereótipos esses que insistem em dizer que a língua é unitária e homogênea, esquecendo que passa por variações que por sua vez, não podemos defini-la como homogênea. Quando dizemos que falamos português, estamos nos referindo o “falar português”, de forma homogênea, deletando as inúmeras línguas existentes no nosso país, que podemos usar como exemplo as línguas indígenas que de certa forma é uma manifestação cultural e histórica.

De fato, a forma homogênea é representada também no conceito de “Norma”, no momento que define seu uso como universal, correspondendo a uma única norma, que de fato, desconhece a probabilidade de que há inúmeros tipos de normas linguísticas em determinadas comunidades de fala. Para o autor Faraco, “É

possível, então, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”. (Faraco, 2008, p.37).

Embora o conceito abordado acima sobre a norma afirme que “norma” se identifica como “usos costumeiros”, ou seja, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala”, isso nos faz pensar se realmente esse conceito corresponde à situação real de uma comunidade de fala.

No início da década de 1950, segundo Faraco (2008, p. 36), o linguista Eugenio Coseriu viu a necessidade de um recorte teórico no que tange a definição da norma culta partindo , o conceito, de uma perspectiva tricotômica organizada em (sistema/ norma/fala), que antes era vista numa perspectiva dicotômica organizada em (langue/parole, sistema/fala) De acordo com as perspectivas do pensamento gerativista e variacionista, Faraco (2008,p.37), afirma que “Assim, se adotarmos um olhar gerativista, diremos que a cada norma corresponde uma gramática. Se adotarmos um olhar variacionista (sociolinguístico ou dialetológico), será produtivo equiparar norma e variedade.”

Faraco (2008, p. 52) aponta também para a necessidade de diferenciar norma culta falada de norma culta escrita, quando destaca:

Por outro lado, e também indispensável distinguir a norma culta falada da norma culta escrita. Isso porque há fenômenos que ocorrem na fala culta (pela sua grande proximidade com a linguagem urbana comum), mas não ocorrem na escrita culta ou chegam mesmo a ser criticados quando nela aparecem.

As críticas existentes sobre um uso diferenciado da língua na fala – embasadas em supostos erros cometidos por conta da forma escrita da língua – são decorrentes da falta de compreensão no que se diz respeito à diferença entre a fala e a escrita, equivocadamente entendidas como uma coisa só.

De acordo com os estudos linguísticos fez-se necessário atribuir o termo norma aos diferentes quesitos no qual essa norma é formada, como os quesitos regional, popular, rural, informal, dentre outros. Os referentes quesitos estão associados aos diversos espaços que a norma ocupa e, por isso, é preciso considerar a heterogeneidade linguística que a norma pode apresentar. (Faraco, 2008, p. 55). O autor ainda afirma que

Um mesmo falante, como vimos, domina mais de uma norma (já que a comunidade sociolinguística a que pertence tem várias normas) e mudará sua forma de falar (sua norma) variavelmente de acordo com as redes de atividades e relacionamentos em que se situa. (Faraco, 2008, p. 43)

Assim como a “norma” não pode ser pura, a norma culta também não será pura, ainda que não sejam perceptíveis, os falantes da norma culta não seguem totalmente a gramática normativa idealizada, por sua vez, por questões de autoconfiança acreditam que em hipótese alguma deixam de seguir os preceitos da gramática normativa.

Sabemos que vivemos no país de desigualdades e, quando falamos de língua, estamos falando da desigualdade que é estabelecida ao se definir a norma culta como a única- ou a mais adequada - ser seguida. É preciso destacar mesmo que em certas ocasiões os falantes fujam da norma culta, ainda sim, não deixam de ser “cultos”, ou seja, de expressarem a sua cultura. Esses falantes que não são considerados “cultos” acabam por serem considerados como “incultos” ou “ignorantes”, pelos falantes destacados como cultos perante a sociedade, no que diz respeito à língua.

Como já foi dito, a norma não é homogênea, cada grupo social possui sua norma que, por sua vez, por motivos dos privilégios sociais dados a alguns grupos, a “norma” linguística utilizada por estes se destaca mais. Tais privilégios, em grande medida, estão relacionados às pessoas de alta escolarização, urbanas e pertencentes às classes sociais mais abastadas. Na realidade brasileira, bem sabemos que as pessoas brancas são predominantes nesse enquadramento social. Seja por causa da sua raça historicamente construída como superior, seja por conta do racismo estrutural decorrente dessa construção histórica. Estes, dentre outros aspectos sociais, levam as pessoas – geralmente empobrecidas, negras, indígenas ou habitantes em áreas rurais- a serem submetidas a outras normas, sendo ensinadas a realmente acreditar que se manifestam linguisticamente de forma errada.

Trazemos como exemplo dessas ideologias, as pessoas que buscam o domínio da norma utilizada por jornalistas, considerados intelectuais e que produzem uma linguagem legitimada socialmente como “correta”, “pura”. Neste exemplo, fica evidente a força social que esses profissionais possuem quanto às questões de “língua” e “linguagem”, inclusive como formadores de opinião, muitas

vezes alimentando discursos excludentes e preconceituosos sobre a língua, seus usos e as pessoas que fazem uso “errado” dessa língua.

Partindo da relação entre norma culta e cultura, Faraco (2008, p. 56) aborda “O qualificativo” culta”, por exemplo, tomado em sentido absoluto, pode sugerir que esta norma se opõe a normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura.” Diante disso, os negros e os indígenas são destacados como os “incultos”, uma definição que vai muito além das questões linguísticas, estando relacionada a questões sociais, levando em conta a cultura e a raça que não se encaixam ao perfil dos indivíduos pertencentes às comunidades cultas.

O sistema educacional é representado pelas políticas linguísticas que, por sua vez, quando não levadas em consideração as questões apontadas até aqui, acabam por reforçar a discriminação e a exclusão de indivíduos na sociedade, a partir do ensino da língua portuguesa. Em suma, o ensino “mal intencionado” alimenta a manutenção do pensamento colonial nos dias atuais, favorecendo uma hierarquização entre as diversas formas de expressão linguística da sociedade, em sua maioria, os mais privilegiados são os brancos urbanos e de classes mais altas.

Portanto, todo esse preconceito linguístico é observado por Bagno (1999, p.40) como “Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática- dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”. Ao ser direcionado a pessoas de raça não brancas, pode configurar mecanismos de um racismo linguístico que será explicado no capítulo seguinte.

3 CAPÍTULO II: SOBRE O RACISMO LINGUÍSTICO

O colonialismo linguístico do passado produziu uma mentalidade colonizada que atua hoje em dia nas relações sociais diversas, dentre elas, nas questões linguísticas. As relações de poder, que separam os indivíduos na sociedade de acordo com seus privilégios sociais, continuam favorecendo os homens, brancos, heterossexuais, cristãos, escolarizados. São esses que desfrutam do privilégio social e linguístico, que adotam e usam formas de uso linguístico nem sempre consideradas impróprias. Numa sociedade brasileira, em que o racismo produzido pelo colonialismo se configura como estrutural, a língua do povo negro não escapa das diversas manifestações desse racismo, participando de um “racismo linguístico”, igualmente estrutural, que será abordado nesse capítulo.

3.1 DEFININDO O “RACISMO LINGUÍSTICO”

Dentre os preconceitos existentes, existe um preconceito linguístico que é atrelado à questão racial, em que o indivíduo é discriminado por não se adequar linguisticamente ao perfil de indivíduos que dominam a língua padrão, sendo que esses indivíduos em grande medida não são brancos. Entendendo que vivemos num sistema onde o racismo é estrutural, podemos definir essa prática como sendo uma das manifestações de racismo, numa perspectiva de “Racismo linguístico.”

Gabriel Nascimento, em seu livro “Racismo linguístico”, explica que:

Combate às línguas já faladas pelos povos originários negros e indígenas figura como um dos primeiros atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio. [...] O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. O fato da maioria dos brasileiros (ou seja, as pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística tem razão de ser diretamente implicada por políticas linguísticas impostas para populações afro-brasileiras e indígenas.” (Nascimento, 2019, p. 13-14).

Na definição acima, o autor toma como causa principal desse preconceito racial, um preconceito que está entrelaçado à questão social, racial e linguística do falante que não se enquadra aos quesitos do homem branco. Quando nos referimos ao termo “Brasilidade”, logo imaginamos um país democrático, democrático na

formação das políticas linguísticas, onde todos têm o acesso a uma boa educação. Entendendo que o Brasil é um país rico em diversidade linguística, uma democracia linguística abraçaria toda essa diversidade, desde o planejamento linguístico até a sua implantação. Mas, infelizmente, tudo não passa de um mito, um disfarce, as ações definidas aqui como epistemicídio e linguicídio direcionado a povos historicamente excluídos da sociedade, a saber, o povo negro e a população indígena. Diante do exposto, como explica Marcos Bagno, “[...] o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito racial.” (Bagno, 1999, p. 43).

Além disso, Nascimento (2019, p. 13-24) apresenta:

[...] epistemicídio sob os olhares atentos de Sueli Carneiro (2011) em que ela, ao oportunamente ler Michel Foucault e seu conceito de bio-poder e a teoria sobre o sul e sobre a ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos, define epistemicídio como o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/ conhecimento válido e do que não é [...] De outra forma, é o epistemicídio (a partir do continente europeu) que decide que as línguas dos brancos são línguas nacionais enquanto as demais não são sequer línguas e são apenas dialetos.

Destaca-se que esse epistemicídio concretiza-se com a exclusão do saber negro e indígena por meio da língua que detém o saber do outro, partindo do conceito europeu que somente as línguas nacionais são aquelas usadas pelos brancos, desconsiderando as deveras línguas usadas pelos negros e indígenas. Os atos de linguicídio e epistemicídio sobre o não branco se deram, inicialmente, quando os colonizadores portugueses impuseram o ensino da sua língua portuguesa como forma de “Civilizar” os povos indígenas e os negros. De fato, os atos de linguicídio e epistemicídio gerados pelo processo de civilização no período colonial perduram até os dias atuais, refletidas nas políticas linguísticas criadas pelos grupos das classes dominantes que, em sua maioria, são os indivíduos brancos, destacados como falantes da norma culta.

Como o autor Nascimento (2019, p. 24) explica,

O epistemicídio (que lembra o genocídio em sua organização) é o pai das línguas ocidentais ao meu ver. Sobretudo desde o Renascimento, falar uma língua é retomar uma idealização que se tem das línguas francas antigas (o grego e o latim) e aperfeiçoar essa língua em um projeto nacional de expansão.

Para o historiador russo Mikhail Bakhtin (1997, p. 20), “Os sujeitos modificam a língua e a língua modifica o sujeito.” Com efeito, os atos de extermínio da língua mencionados acima, descartam a ideia que por trás da língua existem sujeitos. Quando esta língua é exterminada, na verdade, o que se está exterminando são os sujeitos, as pessoas, as culturas dos povos. Com base no ensinamento de Bakhtin, os sujeitos colonizados modificariam a língua portuguesa, o que seria uma afronta ao poder colonial. Daí a necessidade de manter a língua portuguesa intacta às variações e mudanças provocadas pelos negros e indígenas. Daí também a utilização dessa mesma língua portuguesa colonial para a modificação dos sujeitos colonizados de acordo com as políticas coloniais praticadas.

O povo indígena e o povo negro, nomeados pelos brancos como os que têm “Raça”, foram submetidos a estratégias de dominação diversas também no campo linguístico. Como forma de serem considerados “humanos”, eram obrigados a assumir um “defeito de cor” (Gonçalves, 2010), ou ainda sendo submetidos a expressões declarativas como “Eu sou moreno”, “Moreno claro”, nos documentos de identidade. Tais práticas desumanizavam os negros e os indígenas, fazendo-os questionar sobre sua própria identidade, chegando até mesmo declarar que não são negros. De acordo com Nascimento “[...] o miscigenado, embora forçado a adquirir os valores brancos para receber como recompensa a vantagem de não ser exterminado logo diretamente, também se nega pela língua, silenciando os usos linguísticos sobre sua identidade”. (Nascimento, 2019, p. 29).

Sem dúvida, conforme o autor, o miscigenado renega sua própria identidade como forma de deixar de ser alvo do extermínio, ativando no povo negro e indígena o interesse em se adequarem ao perfil da branquitude, por defesa, quando se esforçam em alcançar a língua padrão, assim como também as línguas de prestígio. Isso acontece até os dias de hoje, através do ensino da língua portuguesa, da supervalorização da norma culta e dos saberes gramaticais que acionam a ideia de “língua correta”, aquela que abre portas e garante lugares mais prestigiosos na sociedade.

A linguagem e o racismo estão entrelaçados desde o momento que a classe dominante usa a língua em forma de discurso para nomear “Raça”, como forma de excluir, desumanizar os indivíduos não brancos que são constantemente vítimas de variados tipos de preconceitos, ressaltando aqui o preconceito linguístico interligado ao racismo linguístico. Em suma, a desconstrução do pensamento colonialista, como

também a criação de novas teorias linguísticas desestabilizará, mesmo que seja a passos lentos, o epistemicídio relativo à cultura preta.

Nascimento (2019, p. 33) ainda chama a atenção para o fato de que, “[...] ao se desresponsabilizar do racismo, o racista diz que ‘não existem raças, só a raça humana.’” Nessa linha de raciocínio, vale ressaltar que o processo de racialização, gerado pelo colonialismo, vem como forma de desresponsabilizar os atos de violência contra os negros e indígenas, no momento em que a branquitude justifica o emprego do termo “raça” como responsabilidade do próprio povo negro e indígena, como se fossem culpados por essa herança do colonialismo chamada “raça” (Nascimento, 2019, p. 33). Também, Nascimento (2019, p. 33) aponta para a necessidade de o movimento negro contestar o discurso do homem branco quando se autodeclaram como os da raça humana, como forma de desequilibrar o epistemicídio.

Em suma, contestar significa compreender que o termo “raça”, empregada pela branquitude, vai além da intenção de racializar, distinguir o homem branco do negro, por trás desse termo, existe também todo um contexto histórico, partindo do homem branco, a intenção de desresponsabilizar a violência cometida contra os negros, quando em justificativa expõe a ideia que somos todos humanos, quando na verdade excluem os negros mesmo antes do discurso da branquitude estabelecer o termo “raça” sobre o povo negro.

3.2 O RACISMO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR

Sabemos o quanto é importante o ambiente escolar no processo de reforma e produção dos conhecimentos e dos pensamentos. A escola é um ambiente formador de pensamentos por excelência, bem como atua – ou deveria atuar- na desconstrução de ideias e práticas racistas. Nascimento (2019, p. 49) explica que “É na escola (e, portanto, de acordo com níveis de escolarização e hierarquias que se submetem à estrutura racial e social do país, estado, cidade e bairro) que a linguagem deve se dar através de normas de monitoramento.” Neste caso, o sistema educacional tem sido um instrumento articulador, como também conservador do colonialismo linguístico. Destaco o colonialismo linguístico como o formador desse sistema opressor que atinge diretamente os indivíduos que em sua maioria são

negros e indígenas, sistema criador das normas de monitoramento durante o período colonial que se estendeu até os dias atuais.

De fato, esse sistema educacional opressor reforça continuamente o racismo associado à língua, usada como viés para determinar os grupos que se adequam ou não ao que chamamos de língua padrão tendo de fato o seu alcance, através do uso fielmente da norma padrão, tendo a gramática normativa como base para o ensino da língua portuguesa. Nascimento (2019, p. 49) alerta para o fato de que [...] a gramática normativa é vista como via para se chegar ao homem verdadeiro.” Para o autor, o homem verdadeiro se refere ao indivíduo que apresenta o domínio da gramática normativa, assim como pertence aos grupos de prestígio social que são, em sua maioria, formados por indivíduos brancos.

Nascimento (2019, p. 26) destaca ainda que “Como a escrita é um objeto de poder, ela existe para separar quem escreve de quem não escreve. As chamadas culturas ágrafas não serão somente alvo de dominação racial, mas também lugares que a modernidade vai calar por meio da escrita”. O autor afirma que a língua padrão em sua forma escrita é usada também como mecanismo de exclusão, assim como discriminatório especificamente com os indivíduos negros e indígenas que são destacados como os que não sabem escrever.

É importante frisar que o ensino da língua inglesa é uma herança do colonialismo, como também é usado como mecanismo de exclusão, uma vez que o ensino linguístico é acessado em grande parte pelos grupos de prestígio formado por indivíduos brancos, pertencentes às classes sociais mais altas que têm acesso à escolaridade qualificada. Dentro do ensino linguístico, o ensino de língua inglesa, por exemplo, segue essa mesma lógica de exclusão e pertencimento estabelecida pelos padrões coloniais.

Dentre os negros e indígenas são poucos os que têm acesso ao ensino da língua inglesa, sendo contestados a todo instante sobre suas capacidades com relação ao domínio da língua inglesa e a seus aspectos cognitivos, tendo por mesma base a questão racial. Como afirma o autor Nascimento (2019, p. 59)

o ensino de inglês é um produto do colonialismo não apenas porque é o colonialismo que produziu as condições iniciais para a disseminação global do inglês, mas porque foi o colonialismo que produziu muitos dos modos de pensar e agir que ainda fazem parte do Ocidente.

Para Nascimento (2019, p. 57), “é necessário que a própria arregimentação de categorias raciais crie nos estudos linguísticos e nas pessoas comprometidas contra o racismo uma necessidade de investimento de teorizações que desnudem a própria estrutura do racismo”. Sem dúvidas, as categorias raciais e os estudos linguísticos carecem de novas especulações para intervir o racismo, usando também como mecanismo, a regeneração das políticas linguísticas, utilizadas, por exemplo; no sistema educacional, quando não conduzido por boas políticas linguísticas, conseqüentemente, estará sustentando a estrutura do racismo.

No ensino das comunidades indígenas há também indícios de um sistema educacional opressor, quando se impõe a língua portuguesa como a única via de ensino, ignorando as inúmeras línguas indígenas, bem como o conhecimento dos indígenas já existentes mesmo antes da educação atual. O sistema educacional opressor tem como propósito, realizar o apagamento do passado, do conhecimento ancestral, refletidos nos métodos de ensino; que usa somente a língua portuguesa, no qual desconsidera os indígenas como falantes bilíngues, nos livros didáticos; que reforçam uma visão equivocada e distorcida, sobre o uso da língua, do que é certo ou errado, levando em conta o uso da norma culta, como mecanismo para o alcance da língua correta, e na formação de professores que, em sua maioria, é formada por educadores que não fazem parte das comunidades indígenas, que por sua vez, acaba gerando um distanciamento entre aluno e professor, no momento que desconhecem a língua e a cultura, causando assim, um *déficit* durante o ensino aprendizagem da língua portuguesa.

3.3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E RACISMO LINGUÍSTICO SÃO A MESMA COISA?

Então, o preconceito linguístico e o racismo linguístico não são a mesma coisa. Partindo dos conceitos abordados anteriormente sobre o racismo linguístico, podemos dizer que racismo linguístico é um tipo de preconceito que tem como base discriminatória a língua atrelada à questão da raça. Ou seja, o preconceito linguístico é uma discriminação praticada por um indivíduo com escolarização sobre outro que não possui o domínio da norma culta da língua. Já o racismo linguístico possui, para além dessa prática discriminatória, um agravante motivado pela questão racial. O racismo linguístico, tendo como principais bases discriminatórias as questões

linguísticas sociais, por conta da realidade brasileira, afeta pessoas empobrecidas, e racializadas como negras e indígenas, sendo, em grande medida, praticado por indivíduos brancos e que possuem privilégios sociais.

O autor Marcos Bagno (1999, p. 36) define em seu livro “Preconceito linguístico”, essa visão que o português é difícil no item “Mito nº 3”, quando menciona “Se tanta gente continua a repetir que ‘português é difícil’, é porque o ensino tradicional da língua no Brasil não leva em conta o uso brasileiro do português”. O autor destaca a importância da desconstrução de pensamentos que privilegiam a língua portuguesa em seu formato de modelo padrão culto, tanto na escrita quanto na fala, que por sua vez, são contrárias ao modelo de língua portuguesa real, definida por ele como “língua brasileira”. Assim como, na opinião do autor, é fundamental a desconstrução desse modelo de língua padrão durante o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa como forma de intervenção desse mito posto acima.

Nascimento (2019, p. 14) destaca que “O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco)”. Como já foi dito, o racismo linguístico é uma discriminação com o outro não branco, esse “outro” podemos destacar como os negros e indígenas que são pertencentes aos grupos sociais identitários, nomeados pelos grupos de prestígio como os que não têm língua, ou que falam a língua de “forma errada”.

4 CAPÍTULO III: A PESQUISA REALIZADA

A pesquisa que realizamos para dar base às nossas reflexões é uma pesquisa, acima de tudo, bibliográfica, a partir da leitura de textos teóricos relativos à temática escolhida. Nossas análises são qualitativas, as quais não podem ser medidas em números, mas sim, levam em conta aspectos subjetivos do processo, dos sujeitos e dos ambientes onde os fenômenos ocorrem. (Prodanov; Freitas, 2013). Para melhor nos orientar quanto às análises realizadas, escolhemos realizar essa pesquisa junto a professores de língua portuguesa atuantes na educação básica, conforme é descrito no processo metodológico a seguir.

4.1 METODOLOGIA

No que concerne à metodologia, a pesquisa foi desenvolvida por duas etapas: a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados. Quanto à pesquisa bibliográfica, tomamos como base teórica os fundamentos de Marcos Bagno (1999), Gabriel Nascimento (2019), Bethania Mariani (2004), Maurizio Gnerre (2009) e Carlos Alberto Faraco (2008). Já a coleta de dados foi desenvolvida através da entrevista online.

4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa são professores do ensino fundamental I e II, das escolas localizadas na cidade de São Francisco do Conde-BA, como também no distrito Monte Recôncavo-BA. A escolha por educadores do ensino fundamental partiu do interesse em compreender como é abordada, no período inicial do processo formativo dos estudantes, a temática sobre o racismo linguístico, bem como a sua proporção no ambiente escolar. Apesar de termos feito contato com diversos profissionais, 6 (seis) docentes aceitaram colaborar com esta pesquisa, entendendo a sua relevância e compondo o nosso grupo de entrevistados.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário distribuído e recolhido de forma online, tendo como intermédio às redes sociais, por meio do aplicativo de mensagem instantânea e, para alguns, o aplicativo Google Formulários. Apesar de termos feito as mesmas perguntas para os dois grupos de docentes, o Google formulários – utilizados junto aos docentes que não possuíamos o contato telefônico – exigiu que algumas questões fossem desmembradas, facilitando, assim, a análise dos dados. A seguir, segue o questionário utilizado na pesquisa.

1. Você já ouviu falar de racismo linguístico? O que você entende por isso?
2. No exercício da sua profissão, as questões raciais são tratadas com frequência? De que forma?
3. O estudo das variações linguísticas estão presentes em suas aulas? Como você costuma tratar essa questão?
4. Você considera um incentivo ao preconceito linguístico os estudos de gramática se ater exclusivamente à norma padrão e excluirmos as demais variações linguísticas? Justifique sua resposta.
5. As abordagens da língua padrão feitas nos livros didáticos tem facilitado o aprendizado dos alunos? De que maneira?
6. O livro didático tem contribuído para a valorização das variações linguísticas? De que forma?
7. O livro didático trata da questão do racismo linguístico? Dê exemplos.
8. Você já presenciou um ato de racismo linguístico em sala de aula? Se a resposta for sim, comente como foi seu posicionamento.
9. Você considera importante abordar em sala de aula as situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade? Por quê?

A seguir apresentaremos as respostas dadas a cada pergunta feita – uma a uma – buscando organizá-las melhor em blocos e, a partir dessas respostas, buscar entendimentos sobre as manifestações dos aspectos que reforçam o racismo linguístico no âmbito escolar. Buscaremos também compreender como os docentes

procuram agir no sentido de lidar com o racismo linguístico no ambiente escolar, durante o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa.

Pergunta 1 - Você já ouviu falar de racismo linguístico? O que você entende por isso?
Indivíduo (A) - Sim! Ação preconceituosa que se forma a partir da linguagem.
Indivíduo (B) - Sim! O mesmo que preconceito linguístico.
Indivíduo (C) - Sim! A forma de discriminação que alguém é subjugado pela forma de falar, muitas vezes quando o indivíduo foge da norma considerada padrão.
Indivíduo (D) - Sim! Acredito que o racismo linguístico esteja em linha muito tênue com o preconceito linguístico, que não leva em conta a diversidade linguística das pessoas que formam a sociedade. O racismo linguístico toma uma determinada forma de linguagem como única e despreza as demais ou coloca outras linguagens de determinados grupos em lugar menor sem uma valorização que merece. Como exemplo podemos citar a forma de falar do povo negro, povos originários, entre outros grupos sociais muito discriminadas por possuírem uma variedade linguística não reconhecida pela elite branca dominante política e economicamente dentro da sociedade. Se lembrarmos que a língua é objeto que ajuda a definir identidades dos povos veremos que o racismo linguístico é uma ferramenta de segregação e subjugação de indivíduos e para além disso, negação de povos em larga escala. Portanto, quando a elite dominante faz uso do poder de direção que tem na sociedade para, através do Estado e seus mecanismos de controle (escola por exemplo), impor aos demais uma determinada forma de linguagem que não traz representatividade da sociedade como um todo e aos que fazem uso de uma forma de expressão linguística, o racismo linguístico impera gerando segregação, discriminação e quotização dos grupos menos favorecidos e que são de suma importância dentro da sociedade.
Indivíduo (E) -Sim! Diz respeito ao preconceito e a discriminação acerca da língua e da linguagem do/a outro/a (como o/a outro/a fala). Esse racismo pode estar relacionado à etnia/raça, a cultura, a região, ao país.
Indivíduo (F) – Sim! O racismo linguístico constitui uma forma de discriminar e/ou diminuir uma pessoa por conta das características marcantes em sua fala, geralmente, o que foge à chamada norma padrão e/ou norma culta.

Comentário analítico:

Na primeira questão, os entrevistados, em sua maioria, responderam que detinham conhecimento sobre o racismo linguístico, mas sempre fazendo junção entre racismo linguístico e preconceito linguístico, como se fossem a mesma coisa, podendo interferir nas ações contra os atos discriminatórios em sala de aula, valendo ressaltar que o racismo linguístico é um tipo de preconceito que tem como base discriminatória a língua atrelada à questão da raça, já o preconceito linguístico é uma discriminação praticada por um indivíduo com escolarização sobre o outro que não tem o domínio da norma culta da língua.

É notável que os indivíduos (A), (B), (C) e (F) definem o racismo linguístico como um preconceito associado puramente à questão da língua, desconsiderando a questão racial, usada também como base discriminatória, como mencionado anteriormente. Já os indivíduos (D) e (E), associam o racismo linguístico como um tipo de preconceito que se interliga, inicialmente, à questão racial das pessoas que, por sua vez, não atendem à norma culta da língua. O indivíduo (D) traz uma questão muito importante, quando diz que a língua é um objeto que ajuda a definir identidades, deixando evidente que desconsiderar uma língua, vai desconsiderar também um indivíduo, juntamente com sua cultura, raça e sua própria identidade perante a sociedade. Também, o indivíduo (D) destaca o ambiente escolar como um mecanismo de controle, usada pela elite dominante para manter a imposição de uma linguagem que não representa a sociedade como um todo. Decerto, é na escola que se tem os primeiros indícios de atos discriminatórios relativos ao conceito do que é certo ou errado falar, bem como o ambiente que mais reforça estruturalmente esses atos.

Pergunta 2 - No exercício da sua profissão, as questões raciais são tratadas com frequência? De que forma?

Indivíduo (A) - As questões raciais são relevantes no contexto escolar. Dessa maneira, busco promover junto aos estudantes um processo formativo baseado em pesquisas, aulas expositivas, discussões e rodas de conversa em classe e extraclasse, projetos pedagógicos, etc.

Indivíduo (B) - Não acredito que as questões raciais sejam tratadas ou não por

conta da minha profissão, mas, no meu fazer docente, opto por trilhar uma caminhada que promova o autoconhecimento, assim como o conhecimento e discussão das pautas raciais, de gênero e religiosa, observando sempre o viés étnico-racial, uma vez que uma questão não está dissociada da outra. Desse modo, primeiro, por uma questão político-identitária, depois, por meu compromisso com a Lei 10.639/03, busco empretecer minhas aulas com literatura negra; discutir a nossa história; incentivo minhas educandas e educandos a se pensarem dentro da sua potência e pluralidade, a investigarem as histórias das mulheres pretas que fazem parte do dia a dia da sua comunidade, bem como a desconstruírem estereótipos que estão arraigados em nosso imaginário devido à nossa formação equivocada.

Indivíduo (C) - Sim, nas aulas de língua portuguesa é redação, busco sempre abordar temáticas que tratem de racismo, seja de qual tipo for. Nas aulas de literatura, por exemplo, busco evidenciar as consequências do tempo de escravidão que perduram até hoje.

Indivíduo (D) - Estamos a todo instante lidando com questões sensíveis relacionadas às pautas raciais. Nós enquanto profissionais da educação sentimos a presença e necessidade de lidar com as questões raciais diariamente, afinal lidamos com pessoas das mais diversas formações, comportamentos, princípios e conhecimentos que às vezes estão em sintonia com os desejos de uma sociedade plural, respeitando a diversidade e a dignidade humana, mas por outras tantas vezes estão em mão contrária e divergente ao que se espera para uma formação humanitária na qual o outro e suas idiossincrasias precisam ser consideradas e não são. No meu fazer profissional no tocante às questões raciais procuro levar para sala de aula saberes diversificados sobre os povos que foram e são importantes para a formação da sociedade. Trabalho com o seguimento da Educação infantil, logo vejo a necessidade e carência de histórias que tragam o povo negro como protagonista social, histórias que falem de nós negros e negras como indivíduos importantes, belos em nossas características físicas, em nossas músicas, nossa religiosidade, nossa arte e tantos outros elementos históricos que foram negados e desvalorizados ao longo da história.

Indivíduo (E) - Sim, pois são de suma importância debater as questões raciais nos mais diversos espaços. É abordado oralmente, visualmente e textualmente.

Indivíduo (F) - Sim! A partir de exemplos e ações cotidianas

Comentário analítico:

Quanto à segunda questão, os entrevistados, em grande maioria, reforçaram a importância de abordar as questões raciais em sala de aula, partindo de ações cotidianas que tratem do racismo em diversos espaços sociais, como forma de acionar um pensamento crítico nos alunos. É destacada a necessidade de abordar incessantemente as questões raciais em sala de aula, com o objetivo de conservar as histórias que retratem a importância do povo negro, como também dos indígenas que foram, e ainda são, cruciais para a formação da língua portuguesa.

Os indivíduos (B), (C) e (D) sinalizam o uso da literatura como ferramenta primordial para o resgate das histórias e contextos que tem como intérprete o povo negro, trazendo uma desconstrução do discurso da branquitude que impera na sociedade em que o indivíduo branco é legitimado como o protagonista das histórias. Como aponta Nascimento (2019, p. 57), desconstruir o discurso da branquitude é também desnudar a estrutura do racismo, bem como fazer prevalecer a história do povo negro.

Pergunta 3 – O estudo das variações linguísticas estão presentes em suas aulas? Como você costuma tratar essa questão?

Indivíduo (A) - Sempre que possível, essas discussões são realizadas tanto nas salas de aula quanto no ambiente escolar, mesmo porque falar das variações linguísticas é também um meio de resgatar e valorizar nossas línguas de origem africana e os saberes herdados dos nossos povos.

Indivíduo (B) - Sim, principalmente nas discussões relativas à diversidade cultural brasileira

Indivíduo (C) - Sempre! A partir da reflexão de questões práticas e cotidianas.

Indivíduo (D) - Diante de nossa saudável variedade linguística não tem como não falar sobre as diversas formas de linguagem, a variedade linguística que temos dentro da sociedade. A sala de aula é um lugar de conflito de conhecimentos, gerirlos é uma tarefa bastante árdua. Por exemplo, quando determinado indivíduo critica uma certa maneira de falar de outro colega no intuito de diminuir o valor que tem a fala do outro é de suma importância que o/a professor/a seja sensível na escuta e tenha consciência política e formativa para inserir em sua ação pedagógica o debate

sobre as diversas contribuições linguísticas que todos temos dentro da sociedade, externar a seu público que existe uma gama de expressão linguística usada de maneira diferente e que precisa ser respeitada, afinal não existe um único jeito de falar correto, pois existem falares, linguagens diversificadas, assim como existem várias gramáticas.

Indivíduo (E) - Sempre! Exemplificando, a partir das vivências do cotidiano.

Indivíduo (F) - Sempre! Exemplificando o modo como nossos avós, pais e pessoas com pouca escolaridade falam. Mostrando inclusive o que Bagno fala na obra “Preconceito linguístico”, no qual defende que “Nenhum falante nativo erra sua própria língua.”

Comentário analítico:

Quanto à terceira questão, os entrevistados, em grande parte, responderam que é frequente o estudo das variações linguísticas em suas aulas, trazendo sempre vivências cotidianas, usando como exemplo a abordagem quanto à forma como as pessoas com pouca escolaridade falam, destacando, igualmente, a importância que as variações linguísticas têm para a formação da língua portuguesa.

Os indivíduos (A), (D) e (F) apontam para a importância de abordar a temática sobre variedades linguísticas como caminho para valorizar e resgatar as diversidades linguísticas, formadas por inúmeras gramáticas que devem ser respeitadas sem distinção. O indivíduo (F) cita inclusive, baseando-se em Bagno, que nenhum falante nativo erra sua própria língua.

Pergunta 4 - Você considera um incentivo ao preconceito linguístico os estudos de gramática se ater exclusivamente à norma padrão e excluírem as demais variações linguísticas? Justifique sua resposta.

Indivíduo (A) - Com toda certeza que sim, a “norma culta padrão” gramatical é preconceituosa e excludente, pois desqualifica e ridiculariza os sujeitos que não atendem as suas normas.

Indivíduo (B) - Nada na gramática tradicional é ingênuo. Tudo é concebido dentro de uma lógica excludente que privilegia as epistemologias eurocêntricas em detrimento dos saberes negros dos povos originários, assim como das comunidades periféricas.

Indivíduo (C) - Nem sempre, pois a depender do material mudamos a abordagem do conteúdo, propiciando novos olhares aos estudantes.

Indivíduo (D) - Quando determinado conhecimento é desprezado ou diminuído sem levar em conta seu uso social por quaisquer grupo podemos afirmar que está havendo uma discriminação. Quando a gramática normativa eleva a norma padrão como soberana no ato linguístico e não reconhece as demais variações linguísticas como legítimas formas de linguagem também da sociedade, efetiva-se o preconceito linguístico. A língua dominante das elites econômicas não têm o poder de determinar o falar dinâmico do povo, pode até ser imposto através da escola e outras instituições sociais, mas a língua é viva e assim como a sociedade está em constante transformação, logo um manual linguístico ao tentar normatizar, petrificar o modo de falar e expressar de uma sociedade múltipla em manifestações culturais, linguísticas está colocando em prática um preconceito linguístico que não se sustenta, mas que promove segregação social e danos sérios ao povo. Acredito que as variações linguísticas dão à sociedade mais beleza, logo o privilegiar de uma em detrimento das outras apenas empobrece identitariamente a sociedade que por sua essência é plural

Indivíduo (E) - Sim! Nossa língua é um organismo vivo, sofre mutações variadas, adequações que precisam ser consideradas.

Indivíduo (F) - Sim! É preciso defender que existe a norma padrão, mas que ela não exclui nem deve diminuir nenhuma outra variante da língua, sobretudo o falar rural.

Comentário analítico:

Quanto à quarta questão, os entrevistados, em sua maioria, acreditam que o incentivo ao preconceito linguístico, surge na supervalorização dos estudos da gramática normativa, quando apontam a norma padrão como única a ser seguida, excluindo as demais variações linguísticas. Trata-se de um pensamento recorrente na sociedade, fruto de uma colonização linguística (Mariani, 2004) que incutiu na mentalidade social a ideia de uma língua – ou uma variante linguística – mais correta, adequada ou superior. Igualmente, é uma evidência dos discursos que caracterizam o poder legitimado a uma língua (Gnerre, 2009) – ou variante linguística – sobre as demais expressões linguísticas existentes.

Os indivíduos (A) e (B), definem a gramática normativa como excludente, que desqualifica os indivíduos, os quais, em sua maioria, são os negros e os povos originários que não se adequam à norma padrão pelas questões políticas e sociais que os impedem de acessar uma escolaridade pretendida. Os indivíduos (D) e (E) avistam a prioridade dos estudos da gramática normativa, como o principal gerador do preconceito linguístico. Já os indivíduos (C) e (F), afirmam que o estudo da gramática normativa, em certas situações, excluirá as demais variações, mas que é preciso uma atenção maior quanto à abordagem do assunto. Na visão deles, o professor deve sempre ressaltar que existe a norma padrão, mas que se devem considerar outras variantes da língua.

Como vimos, os comentários acima comprovam que o tratamento social e político dado à gramática normativa continua sendo um dos principais mecanismos da restrição das variedades linguísticas, tendo como intermédio, o livro didático. Este, como sabemos, é o aliado do professor no processo de ensino e, por isso, cabe ao educador buscar estratégias de ensino da gramática normativa, numa perspectiva de estudar, entender e respeitar as variedades linguísticas, bem como desvincular estereótipos que consideram o êxito no uso gramatical a única via para o alcance do homem verdadeiro (Nascimento, 2019, p. 49).

Pergunta 5 - As abordagens da língua padrão feitas nos livros didáticos tem facilitado o aprendizado dos alunos? De que maneira?

Indivíduo (A) – Não, pois muitas das abordagens da “língua padrão” se encontram distantes da realidade dos educandos.

Indivíduo (B) - Não! Por vezes, os alunos nem entendem o que está sendo explicado, pois foge da realidade deles.

Indivíduo (C) - Não vejo esse padrão da língua como fator principal de aprendizado. Acredito que a mediação do professor seja o “pulo do gato” para a interlocução da língua que está no livro e da língua cotidiana dos estudantes.

Indivíduo (D) - Na minha prática profissional o livro didático não é uma realidade. O seguimento da Educação infantil ainda sofre bastante com o investimento em livro de cunho didático. Temos muitos livros de histórias e nestes o que se percebe é a predominância da língua padrão que em muitos casos trazem questionamentos pelos estudantes quanto a formação das frases lidas no ato de contar histórias, ou

seja, quando se faz uma leitura de determinada historinha muitas são as vezes em que as crianças perguntam sobre determinada parte dizendo não entender o que fora dito. Deste fato podemos analisar o baixo vocabulário da criança ainda em formação, mas também percebemos que quando essa criança faz o relato da história, partes são suprimidas ou totalmente modificadas. Acredito que não seja apenas o não conhecimento de palavras, mas o uso linguístico empregado na construção gramatical da narrativa que causa estranhamento e que de uma forma ou de outra tem impacto na aprendizagem da criança.

Indivíduo (E) - De modo geral, ou predominante, a linguagem dos livros didáticos tende a se afastar da realidade linguística das/dos estudantes, contudo, nós, docentes comprometidos com uma formação afrocentrada, temos empreendido esforços tanto no sentido de escolher livros didáticos cujas abordagens facilitem o aprendizado do nosso público estudantil, quanto no planejamento e desenvolvimento de aulas e materiais que contemplem essa realidade e promovam o crescimento e aprendizado dessas crianças e adolescentes, bem como o desenvolvimento das suas habilidades de leitura e escrita.

Indivíduo (F) - Não, porque os livros didáticos direcionam somente a condição de língua correta, o uso da língua padrão, condição totalmente contrária da realidade dos alunos.

Comentário analítico:

Quanto à quinta questão, os entrevistados, acreditam que o formato da língua padrão abordada nos livros didáticos não é a razão principal do aprendizado dos alunos, mas que é preciso considerar também esse instrumento como elemento principal para o conhecimento da língua cotidiana e como mecanismo para o aprendizado dos alunos. Também, consideram que os livros didáticos apresentam uma abordagem sobre a questão linguística totalmente contrária, ou muito afastada, do que encontramos na realidade social. Como mencionado anteriormente, a escolha do livro didático e as abordagens didáticas determinam os caminhos para o aprendizado dos alunos.

O professor deve ter “O pulo do gato”, mencionado pelo indivíduo (C), que faz o uso da expressão popular para se referir à necessidade do professor reinventar continuamente sua metodologia de ensino da gramática normativa, colocando

sempre em pauta a distinção que existe entre a linguagem padronizada, representada pela gramática normativa, e a linguagem cotidiana dos alunos. Os indivíduos (A), (B) e (F) afirmam que a distinção entre a língua padrão e cotidiana, tendem a causar consequências durante o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa. Já os indivíduos (D) e (E) demonstram preocupação quanto à escolha do livro didático e como isso pode afetar implicações futuras no aprendizado das crianças e adolescentes.

Decerto, os docentes de língua portuguesa devem estar atentos tanto sobre os estudos da língua portuguesa em sua fase sincrônica, que se refere ao conhecimento de como a língua funciona, quanto aos estudos diacrônicos que diz respeito à evolução da língua. Nessa perspectiva, compreender como a língua portuguesa funciona, significa reconhecer que na língua há variações, seguidas por normas que mudam instantaneamente no decorrer da evolução social, assegurando que a gramática normativa também muda, usando como exemplo; a norma gramatical do latim, usada no período colonial, que no momento atual se encontra em extinção.

Pergunta 6 - O livro didático tem contribuído para a valorização das variações linguísticas? De que forma?

Indivíduo (A) - De forma mediana! A depender da editora, sinto que o livro didático contribui para a valorização das variações linguísticas.
--

Indivíduo (B) - Não tem contribuído! É só observar que a maioria deles não trata acerca das variantes linguísticas.

Indivíduo (C) - De forma mediana! Algumas editoras já veem vendo essa questão das variedades linguísticas, embora ainda muito incipiente, é preciso ser mais incisivo nessas questões.
--

Indivíduo (D) - Na Educação infantil procuramos apresentar as mais variadas formas de linguagem visando contemplar as variedades linguísticas, não temos livro didático propriamente dito. Assim, fazemos leituras de histórias clássicas com sua linguagem padronizada, leituras de gibis que apresentam personagens com linguagens diversificadas e também trabalhamos com letras de músicas infantis que são importantíssimas no trato linguístico e desenvolvimento da linguagem.

Indivíduo (E) - De alguns anos para cá, temos percebido uma abordagem maior das

variações linguísticas nos livros didáticos, assim como em outras instâncias escolares. Ainda que não seja tão aprofundada, abre caminho para que a/o docente dê os encaminhamentos necessários a uma formação que respeite as variações e as compreenda como parte de uma pluralidade cultural que nos enriquece.

Indivíduo (F) - As publicações mais recentes têm demonstrado, mesmo que ainda de forma tímida, certa preocupação com o reconhecimento e a valorização das variações linguísticas, já noto alguns textos com marcas da oralidade, gírias, palavras regionais, sotaques, etc. Entretanto, os livros mais antigos são altamente discriminatórios.

Comentários analíticos:

Quanto à sexta questão, os entrevistados, em grande maioria, afirmam que atualmente a valorização das variações linguísticas contidas nos livros didáticos tem sido mais frequente. Mesmo sendo de maneira superficial, essa temática é abordada nos livros didáticos e tem sido uma ferramenta para os docentes, durante o processo de ensino, discutirem com seus estudantes sobre as variações linguísticas.

Os indivíduos (A), (C), (E) e (F) apontam que as editoras vêm apresentando um enfoque maior das variedades linguísticas e que, mesmo a passos lentos, os livros didáticos têm abordado com mais frequência às marcas da oralidade, destacando os aspectos que constituem as variedades linguísticas.

O indivíduo (D), como educador do ensino infantil, afirma que não há livros didáticos no geral para esse nível de ensino de acordo com a resposta, por isso, detém de outras estratégias, como o uso de leituras de histórias clássicas, de gibis, de músicas infantis, como forma de apresentar as diversidades linguísticas que existem na sociedade. Apenas o indivíduo (B) nega a contribuição dos livros didáticos para a valorização das variações linguísticas.

Como já foi dito, o livro didático é o principal aliado do professor durante o processo de ensino aprendizagem, que por sua vez, o livro didático quando em seu conteúdo aborda tão pouco a temática sobre as variações linguísticas, cabe ao docente buscar outras vias de acesso sobre a temática ou contornar a abordagem.

7 - O livro didático trata da questão do racismo linguístico? Dê exemplos.
Indivíduo (A) - Não! Pouquíssimos materiais que abordem a temática ou total ausência dele.
Indivíduo (B) - Assim como não valoriza as variações linguísticas, muito menos aborda a questão de racismo linguístico
Indivíduo (C) - Não! Na verdade, não se aplica.
Indivíduo (D) - Quando fazemos leituras que abordam histórias com personagens negros e ou indígenas e nestas histórias temos falas das personagens diferentes da norma padrão acontece um certo espanto em algumas palavras, ou ainda afirmações como: “o/a professor/a leu errado” ou ainda quando perguntam sobre o modo de falar do personagem: “ele/a fala assim?”. Nestes momentos notamos o racismo ou preconceito linguístico latente em nós, a colocação escrita denota um certo racismo representativo sobre certos grupos sociais.
Indivíduo (E) - Tanto a BNCC quanto o Currículo Bahia (instrumentos que buscam definir e assegurar conjuntos de aprendizagens essenciais, os princípios educacionais e os direitos de aprendizagens de todas/os as/os estudantes) trazem em seu bojo orientações normativas quanto à variação linguística e a importância de compreendê-la como diversidade a fim de se combaterem os preconceitos linguísticos. A forma como essa temática será abordada, para além do livro didático, acaba ficando sob a responsabilidade das/dos educadores e vai depender da forma como cada um/uma professor/a concebe esse aspecto da língua. Muitos escolhem a via mais tradicional e optam por metodologias que reforçam os preconceitos e o racismo linguístico.
Indivíduo (F) - Não. Como falei na questão anterior, ainda temos poucos bons exemplos de livros didáticos que leve em conta essa realidade.

Comentários analíticos:

Quanto à sétima questão, os participantes, em grande parte, afirmam que há pouco ou nenhum livro didático que trate da questão do racismo linguístico. Os indivíduos (A), (B), (C) e (F) representam essa maioria quando afirmam que não há livros que tratem especificamente a temática sobre racismo linguístico. O indivíduo

(D) reconhece essa temática nos livros didáticos quando, nas histórias infantis estão presentes personagens negros e indígenas e a linguagem desses personagens se distancia da norma padrão, causando nos alunos, indagações sobre o “uso correto” das palavras. A forma como um docente interpreta uma determinada temática dirá sobre sua abordagem em sala de aula, talvez os indivíduos (A), (B), (C) e (F) afirmaram a ausência da temática sobre racismo linguístico, por conta de como esse contexto é interpretado.

O indivíduo (E) cita a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e o currículo Bahia como ferramentas instrutivas do aprendizado, as quais trazem consigo informações sobre as variações linguísticas e o preconceito linguístico. Entretanto não há especificamente uma discussão sobre o racismo linguístico, cabendo ao profissional da educação encontrar um método apropriado para debater essa temática. Sem dúvidas, o docente deve ter alternativas, ferramentas de pesquisas cabíveis para discutir determinadas temáticas em sala de aula.

O indivíduo (D) apresenta essa capacidade intuitiva, quando menciona a forma como livros didáticos se direcionam as linguagens dos negros e indígenas nas histórias infantis como incorretas. Isso, por sua vez, na visão do indivíduo (D) acaba criando nos alunos, ou até mesmo nos profissionais da educação, estereótipos que somente a elite branca detém a norma padrão da língua portuguesa. Sem dúvidas, o preconceito linguístico não é abordado tanto nos livros didáticos é de se esperar que o racismo linguístico seja menos abordado ainda. O importante é os docentes conhecerem este conceito para daí trabalhar com os educandos e as educandas.

É preciso destacar que, por ser um assunto que aparece no cenário acadêmico muito recentemente, o embate que as leis nº 10.639 e nº 11.645 travam contra o racismo estrutural na educação ainda não ganhou uma adesão suficientemente forte para que essas questões estejam presentes de forma explícita nos materiais didáticos.

Pergunta 8 - Você já presenciou um ato de racismo linguístico em sala de aula? Se a resposta for sim, comente como foi seu posicionamento.

Indivíduo (A) - Sim, vários! Inclusive até mesmo de colegas de profissão. Minha ação foi parar e provocar uma reflexão sobre o falar dos tais termos preconceituosos.

Indivíduo (B) - Não!

Indivíduo (C) - Já presenciei esse ato lamentável não somente na minha sala de aula, mas também em outros ambientes. Enquanto educador, busco mediar dando ênfase a situação ocorrida (paro o que estou fazendo), suscitando discussão e reflexão sobre o respeito à diversidade linguística, bem como sobre a questão do cuidado com a autoestima do/a outro/a.

Indivíduo (D) - As variantes do racismo estão sempre presentes em todos os espaços, basta haver grupos diversificados em convivência que o racismo cedo ou tarde aparecerá manifestado de alguma forma. O racismo linguístico já apareceu em sala de aula quando em uma atividade voltada a representação de povos que formam a sociedade brasileira uma das crianças do Grupo V não queria participar de uma apresentação sobre os indígenas pelo fato de que, nas palavras da criança, “*o índio nem fala direito só bate na boca falando ó ó ó ó e dizem uga uga*”. Na verdade o que se tem é a propagação de estereótipos desde a infância sobre determinados grupos sociais e os povos indígenas estão neste nicho de preconceitos também. No episódio citado a intervenção ocorreu a partir de leituras de lendas indígenas para mostrar outra versão sobre os conhecimentos desses povos e suas contribuições especialmente na contação de histórias e ensinamentos através da linguagem em seu cotidiano como instrumento de ensinamentos de geração em geração. Assim, trabalhamos como os povos indígenas usam a memória e a fala para ensinarem aos seus descendentes todos os saberes construídos por seus ancestrais.

Indivíduo (E) - Nossas crianças são ensinadas, desde sempre, mesmo aquelas oriundas de um contexto menos escolarizado, que existe um “português certo” e um “errado”; às vezes, defendem que as variantes nem pertencem ao nosso léxico. Sendo assim, não são raros os episódios de preconceito linguístico e mesmo racismo religioso em sala de aula. Diante de tais situações, tento agir levando-as/os a refletir sobre a diversidade e o respeito.

Indivíduo (F) - Sim! Me posicionei na forma como eu acho correto. Disse que o colega estava sendo discriminado, que isso era errado e expliquei o porquê disso.

Comentários analíticos:

Quanto à oitava questão, os participantes, em grande parte, afirmam que presenciaram atos de racismo linguístico tanto no ambiente escolar, como também em outros espaços. Diante do acontecimento, buscam acionar discussões e

reflexões sobre as diversidades linguísticas, ressaltando as consequências que esses atos discriminatórios podem causar nas vítimas que, em grande parte, são as pessoas menos escolarizadas.

Os indivíduos (A), (C) e (F) relataram que testemunharam atos de racismo linguístico, destacando a importância de debates em sala de aula sobre os termos preconceituosos e diversidades linguísticas como forma de um combate ao racismo linguístico. O indivíduo (D) trouxe um acontecimento muito frequente nas salas de aula no que se refere ao posicionamento dos alunos quanto ao pensamento crítico com relação à linguagem dos povos indígenas. Essas pessoas, em sua maioria, são destacadas como pessoas que usam a língua de formas incorretas, numa perspectiva equivocada de que não sabem falar direito. Podemos destacar esse posicionamento como um reflexo dos estereótipos deixados pelo o colonialismo linguístico (Mariani, 2004), assim como também é reflexo do colonialismo linguístico os discursos que apontam os negros e os povos indígenas como pessoas ignorantes, sem cultura e sem conhecimentos. Com isso, o indivíduo (D) optou por abordar histórias que representem os povos indígenas e os coloquem como protagonistas, fazendo uma desconstrução dos discursos colonialistas que imperam sobre a sociedade. O indivíduo (E) relata que esse pensamento crítico sobre o uso “correto” da língua portuguesa vem desde cedo, quando as crianças desconsideram as variantes linguísticas como precursoras do léxico da língua portuguesa. Apenas o indivíduo (B) não presenciou o ato de racismo linguístico.

Pergunta 9 - Você considera importante abordar em sala de aula as situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade?
--

Indivíduo (A) - Sim, pois é importante desconstruir as mais diversas formas de preconceito veladas em nossa sociedade.
--

Indivíduo (B) - Sim, até mesmo para o exercício do respeito e da cidadania
--

Indivíduo (C) - Sempre! E o motivo é obvio, precisamos urgentemente desmitificar esse preconceito enraizado em nossa sociedade, de que o negro, pobre, LGBT, é menos importante que o branco, rico e hétero.
--

Indivíduo (D) - Se vivemos em uma sociedade totalmente diversificada e cheia de interesses múltiplos por parte dos indivíduos, a escola tem por obrigação abordar as questões de conflitos que se apresentam na sociedade. Cada sala de aula traz em si

uma amostra da sociedade, logo o/a professor/a precisa desenvolver uma prática baseada na criticidade, na análise aprofundada dos problemas que afetam o social e tenha sempre em mente que precisa desenvolver nos indivíduos o sentimento de responsabilidade para resolver os problemas que afetam a todos. Os indivíduos precisam entender que a coletividade precisa está acima dos interesses individuais e que o outro precisa ser respeitado, as diferenças precisam ser respeitadas, afinal somos todos diferentes, então é fulcral que respeitemos o outro com suas particularidades e com isso não afirmamos que não vamos divergir, sim, iremos debater, discordar, mas acima de tudo vamos lutar pelo direito do outro falar e de ser diferente, para tanto as questões sobre desigualdade e discriminação precisam ser levantadas sempre e na sala de aula não pode ser diferente, a sala de aula é parte da sociedade, representa a sociedade, logo é condição *sine qua non* que façamos o debate sobre as mais variadas situações sociais dentro da escola, palco formativo de cidadãos e cidadãs que dirigirão a sociedade.

Indivíduo (E) - Considero que ser professora de língua portuguesa vai muito além do ensino de regras gramaticais. É sobre ler a vida, a vida em sociedade, as realidades: própria, do entorno, do passado, o que isso traz/trouxe para o presente. Ensinar língua portuguesa me faz responsável pela provocação de um olhar mais atento e crítico, portanto, minhas aulas não podem estar dissociadas dessas reflexões, haja vista que minhas/meus estudantes fazem parte de um grupo historicamente discriminado a quem são oferecidas condições de vida precária e desigual sobre as quais eles e elas precisam refletir a fim de ter a possibilidade de mudar a própria história e lutar por realidades mais dignas, justas e igualitárias.

Indivíduo (F) - Escola e sociedade devem caminhar juntas. Assim, tais discussões são importantes para a formação crítica e humanizadora dos estudantes diante da necessidade gritante de construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Comentários analíticos:

Quanto à nona questão, os participantes, em sua maioria, acreditam que, como docentes e cidadãos, consiste em um dever abordar continuamente as circunstâncias da desigualdade e discriminação presentes na sociedade, como forma de reforçar um olhar crítico, bem como um olhar mais humano sobre o outro.

Os indivíduos (A), (B), (C) e (F) afirmam que abordar em sala de aula as questões de desigualdade e discriminação na sociedade é, acima de tudo, uma forma de desconstruir os diversos preconceitos sobre os grupos considerados menos importante pela elite branca. O indivíduo (D) destaca que a sala de aula é, em si, uma representatividade da sociedade. Nela, há uma coletividade junto à qual deve ser levada em conta os interesses individuais, como as diferenças raciais, sociais, culturais, religiosas e de gênero. Todas essas questões devem ser respeitadas e abordadas continuamente pelos gestores da educação, como afirma o indivíduo (E), que ressalta o papel do professor não só como mentor da gramática normativa, mas também como o cidadão que faz uma leitura da vida em sociedade.

Falar sobre as desigualdades e discriminação é em si, colocar em discussões as vivências cotidianas de todos os presentes em sala de aula, das desigualdades que existe entre as partes, e de como essas diferenças afetam os envolvidos, no que diz respeito a discriminações vivenciadas no cotidiano decorrentes das diferenças raciais, sociais, linguísticas e de gênero, que devem ser pautadas em sala de aula, para então desconstruir os pensamentos que corroboram com os atos de diversos preconceitos perante a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do presente estudo proporcionou uma investigação de como os professores de língua portuguesa lidam com a temática sobre o racismo linguístico, proporcionando uma reflexão sobre os conteúdos que envolvem as questões raciais perante a sociedade, além de permitir possibilidades de como reduzir os efeitos de um ato discriminatório.

Por todas estas razões, temos o colonialismo linguístico como principal transgressor advindo do encontro entre línguas distintas, dando início a um projeto formado pelo governo português que tinha a língua portuguesa como ferramenta para por em prática seus interesses que eram, primordialmente, manter sob controle o território do novo mundo e seus habitantes. Nesse projeto, os povos indígenas eram submetidos incessantemente à evangelização comandada pela igreja católica, tendo a língua tupi como língua base para comunicação entre os jesuítas e indígenas, inicialmente, e a língua portuguesa assume esse papel posteriormente.

A coroa portuguesa impôs unicamente a língua portuguesa como língua de uso em todo âmbito territorial do novo mundo dentro da proposta de homogeneizar a língua portuguesa sobre o novo mundo. Em consequência, as diversidades linguísticas são silenciadas e, ao mesmo tempo, por mecanismos de resistência diversos, misturam-se e compõem a “língua brasileira”, definida até o momento atual como a língua formada por variações linguísticas. Essa língua é considerada como a língua falada pelos os povos indígenas e negros, uma língua “errada” por não se adequar ao perfil de língua homogênea. Dessa forma, esses indivíduos, por não serem brancos, acabam por ser alvo de preconceito, discriminação e as maiores vítimas do racismo linguístico.

O racismo linguístico é por diversas vezes, direcionado ao povo negro, exclusivamente pela questão racial, tendo como segundo plano a questão linguística que compõem juntamente com os atos de epistemicídio e linguicídio a estrutura desse ato discriminatório. O epistemicídio e linguicídio são em si práticas do extermínio do homem não branco, partindo do desprezo á língua, cultura e religião do povo negro e indígena, cometido pela branquitude, que desde o período colonial até os dias atuais, tem imperado pensamentos conservadores sobre os moldes da gramática normativa, que se detém somente durante o processo de ensino

aprendizagem, a norma culta da língua portuguesa, idealizada no ambiente escolar como um produto para alcançar o perfil do homem branco.

De fato, o uso exclusivo da gramática normativa no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa corresponde ao aumento no *déficit* de aprendizado, além do aumento de atos discriminatórios como o preconceito linguístico e racismo linguístico, ações que na maioria das vezes, são desconhecidas pelo corpo docente, por sua vez, a posição que dispõem apresenta possibilidades de deter esses atos discriminatórios em sala de aula, através de novas abordagens temáticas que envolvam assuntos voltados as questões raciais, como também linguísticas, usando como exemplo; a abordagem sobre variações da língua portuguesa. Essa abordagem cabe também aos livros didáticos que infelizmente há poucos que expõem temáticas sobre as variações linguísticas, preconceito linguístico e racismo linguístico.

No geral, ficam evidentes os problemas que os professores revelaram sobre a carência por livros didáticos que abordem com mais intensidade as questões raciais. É de suma importância as partes integrantes da gestão educacional se aterem a temáticas como o preconceito linguístico e racismo linguístico, que por sua vez são atos que corroboram com as desigualdades sociais, associadas à língua, a raça, a cultura e ao social, em específico contra o povo negro, com intuito de desconstruir pensamentos conservadores que reforçam esses atos, como também acionar nos estudantes uma reflexão sobre as temáticas já mencionadas. Também, cabe ao corpo docente durante o processo de ensino aprendizagem conciliar a gramática normativa com o cenário linguístico atual dos estudantes, destacando que na língua portuguesa há variações linguísticas que são representadas por diversas normas gramaticais que foram e ainda são cruciais para a formação da língua portuguesa e devem ser respeitadas. Torna-se necessário a implantação de novas metodologias de ensino da língua portuguesa, bem como a capacitação dos docentes de língua portuguesa, no que se referem ao ingresso em palestras, cursos profissionalizantes que englobem temáticas sobre as questões raciais, em especial, a temas relacionados ao racismo linguístico no âmbito educacional como estratégia de mobilizar nos docentes, caminhos mais perspicazes para reduzir os impactos do racismo linguístico no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: edições Loyola, 1999.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós/ Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**/ Maurizio Gnerre. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2009.
- MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**/ Bethania Mariani – Campinas, SP: Pontes, 2004.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo/ Gabriel Nascimento. – Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.